

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2017 e de 2016



Société Générale S.A. Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Índice

Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	> 5
Relatório da Diretoria	> 6
Ativo	> 7
Passivo	> 8
Demonstrações do Resultado	> 9
Demonstrações das Mutações	> 10
Fluxo de Caixa	> 11
Notas Explicativas	> 12
Relatório dos Auditores Independentes	> 17



Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				
		Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE.....			1.612	23
Disponibilidades.....	4		18	17
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5		1.210	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros			1.210	-
Outros créditos			384	6
Diversos	6.a		384	6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....			100.944	23.865
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5		1.435	4.949
Aplicações em depósitos interfinanceiros			1.435	4.949
Outros créditos			99.509	18.916
Diversos	6.a		99.509	18.916
PERMANENTE			1	1
Investimentos.....			1	1
Outros investimentos.....			1	1
TOTAL DO ATIVO.....			102.557	23.889

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO			
	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE.....		92	81
Outras obrigações.....		92	81
Fiscais e previdenciárias	6.b	16	3
Diversas.....	6.c	76	78
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		13.674	9.707
Outras obrigações.....		13.674	9.707
Fiscais e previdenciárias	6.b	3.806	270
Diversas.....	6.c	9.868	9.437
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9	88.791	14.101
Capital social.....		90.415	15.415
Reserva legal		803	803
Prejuízos acumulados.....		(2.427)	(2.117)
TOTAL DO PASSIVO.....		102.557	23.889

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) por lote de mil ações)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		221	317
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		221	317
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		221	317
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		4.473	(7.872)
Outras despesas administrativas	11	(193)	(258)
Despesas tributárias		(141)	(136)
Outras receitas operacionais	12.a	5.073	600
Outras despesas operacionais	12.b	(266)	(8.078)
RESULTADO OPERACIONAL		4.694	(7.555)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		4.694	(7.555)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7	(6.585)	3.393
Provisão para imposto de renda corrente		(4)	-
Provisão para contribuição social corrente		(5)	-
Ativo/Passivo fiscal diferido		(6.576)	3.393
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(1.891)	(4.162)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(118,84)	(261,56)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	15.415	803	2.045	-	18.263
Prejuízo do semestre	-	-	-	(4.162)	(4.162)
Reserva de lucros	-	-	(2.045)	2.045	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	15.415	803	-	(2.117)	14.101
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	90.415	803	-	(536)	90.682
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.891)	(1.891)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	90.415	803	-	(2.427)	88.791

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre		(1.891)	(4.162)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		6.842	4.685
Constituição/atualização de provisão para riscos		266	8.078
Impostos diferidos		6.576	(3.393)
Lucro líquido ajustado		4.951	523
Variação de ativos e obrigações		(4.961)	(5.601)
(Aumento) redução em aplicações			
interfinanceiras de liquidez		3.056	(4.949)
Aumento em outros créditos		(7.992)	(199)
Redução em outras obrigações		(25)	(453)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais		(10)	(5.078)
REDUÇÃO DO CAIXA NO SEMESTRE		(10)	(5.078)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		28	5.095
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	4	18	17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

■ 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Os riscos monitorados são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco de capital. As unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

■ 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
- h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de agosto de 2017.

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.
- d) **Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.
- e) **Investimentos** - São representados por ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo.
- f) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes:
 - Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
 - Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
 - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
 - Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento as normas do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

g) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

h) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 30 de junho de 2017 e de 2016, não houve indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários.

i) **Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

j) **Lucro/(prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro/(prejuízo) líquido do período pela quantidade em lotes de mil ações.

■4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades.....	18	17
Total	18	17

■5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, mantidos com o controlador Banco Société Générale Brasil S.A.

■6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos

	2017	2016
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 7.e)	-	4.295
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 8.b)	99.502	14.621
Impostos e contribuições a compensar	7	6
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 10)	384	-
Total	99.893	18.922
Curto prazo	384	6
Longo prazo	99.509	18.916
Total	99.893	18.922

b) Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	9	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 7.d)	3.806	270
Outros	7	3
Total	3.822	273
Curto prazo	16	3
Longo prazo	3.806	270
Total	3.822	273

c) Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.b) (*)	9.868	9.437
Provisão para despesas de publicação	19	15
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 10)	17	17
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	40	46
Total	9.944	9.515
Curto prazo	76	78
Longo prazo	9.868	9.437
Total	9.944	9.515

(*) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme Carta Circular 3.782 do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

■ 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.695	(7.555)	4.695	(7.555)
Alíquota vigente	15%	25%	20%	20%
Expectativa de receita/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(704)	1.889	(939)	1.511
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(3)	(4)	(3)	(3)
Outras despesas não dedutíveis				
Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre as diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais	(40)	(2.020)	(53)	(1.616)
Provisão para publicação de balanço	2	2	2	2
Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	742	150	989	120
Outras diferenças temporárias	(1)	(6)	(1)	(5)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa semestre	-	(11)	-	(9)
Despesa de imposto de renda e contribuição social semestre	(4)	-	(5)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(3.653)	1.885	(2.923)	1.508
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.657)</u>	<u>1.885</u>	<u>(2.928)</u>	<u>1.508</u>

Em Maio de 2017 a sociedade efetuou a baixa contábil dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 4.490, em virtude da falta de projeção de lucros tributáveis para exercícios futuros. As diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 9.927 sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 4.467 em 30 de junho de 2017 e não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstrar a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

Ativo	2017	2016
Base de cálculo		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	46
Provisão para Riscos Fiscais	-	9.437
Outras provisões - diversas	-	61
Total	-	9.544
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	45%	45%
Crédito tributário classificado em outros créditos – diversos (nota explicativa nº 6 a)	-	4.295

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2017			2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	2.416	1.934	4.350	351	282	633
Constituição de ativo fiscal diferido	138	112	250	2.034	1.628	3.662
Baixa de ativo fiscal diferido	(2.554)	(2.046)	(4.600)	-	-	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.385</u>	<u>1.910</u>	<u>4.295</u>

d) Movimentação do imposto de renda diferido

	2017	2016
Saldo inicial	1.579	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais	2.227	269
Saldo final (*)	<u>3.806</u>	<u>269</u>

(*) Nota explicativa nº 6 b)

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

Ano	2017	2016
	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
2016.....	-	48
2017.....	-	-
2018.....	-	4.247
Total	-	4.295

O valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 3.216 em 2016.

■8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: As provisões são constituídas com base nos processos classificados com risco de perda provável. Em 30 de junho de 2017 e de 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes.

a) A movimentação das provisões passivas

	Riscos Fiscais	
	2017	2016
Saldo inicial.....	9.603	1.359
Constituição (nota explicativa nº 12 b)	-	8.003
Baixas	(1)	-
Atualização (nota explicativa nº 12 b).....	266	75
Saldo final.....	9.868	9.437

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	2017		2016	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (i).....	9.868	9.868	9.437	9.437
Perdas possíveis (ii).....	98.383	-	25.774	-
Perdas remotas	175	-	83.696	-
Total	108.427	9.868	118.907	9.437
Depósitos Judiciais(*)		99.502		9.437

(*) Nota explicativa nº 6 a

(i) Perdas Prováveis e obrigações legais - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98) no montante de R\$ 1.537 (R\$ 1.416 em 2016) e processo de imposto de renda e contribuição social sobre day-trade no montante de R\$ 8.331 (R\$ 8.021 em 2016). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se ao auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 16.468 (R\$ 15.571 em 2016) sendo que há depósito judicial de R\$ 10.491 (R\$ 9.815 em 2016), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a. E ao processo que discute os débitos de IRPJ e CSLL oriundos de suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal, no montante de R\$ 80.990 (R\$ 83.119 em 2016). Em fevereiro de 2015 a Corretora aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pelo art. 42 da Lei nº 13.043/14, com redação dada pelo art. 145 da Lei nº 13.097/15 e Portaria PGFN/RFB nº 148, de 26/01/2015. Em agosto de 2016 a Receita Federal indeferiu a adesão a anistia fiscal e a Corretora efetuou depósito judicial, que em junho de 2017 totalizava R\$ 80.990. O prognóstico da ação passou de remoto para possível.

■9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - O capital social em 30 de junho de 2017 era de R\$ 90.415 (R\$ 15.415 em 2016), representado por 46.616.240 ações ordinárias com direito a voto (7.956.446 em 2016) e 46.616.240 ações preferenciais sem direito a voto (7.956.446 em 2016), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. Dividendos - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado pela administração.

b) **Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme estabelecido no estatuto da Corretora.

c) **Reserva de Lucros** - Em 30 de junho de 2017 foi apurado prejuízo, e o saldo da conta de Reserva de Lucros foi transferido integralmente para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

■ 10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016:

	Banco Société Générale Brasil S.A.			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos bancários	18	17	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.645	4.949	221	317
Outros créditos – diversos (notas explicativas nº 6.a).....	384	-	-	-
Outras obrigações - diversas (notas explicativas nº 6.c e 11).	(17)	(17)	(102)	(82)
Total	<u>3.030</u>	<u>4.949</u>	<u>119</u>	<u>235</u>

■ 11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas de serviços técnicos especializados	46	28
Despesas de processamento de dados.....	9	40
Despesas de serviços do sistema financeiro	-	10
Despesas de aluguéis	18	18
Despesas de comunicações	-	64
Despesas de publicações	20	19
Despesas de serviços administrativos prestados	84	64
Outras	16	15
Total	<u>193</u>	<u>258</u>

■ 12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2017	2016
Atualização de depósitos judiciais	4.947	600
Reembolso de taxa CVM.....	126	-
Total	<u>5.073</u>	<u>600</u>

b) Outras despesas operacionais

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8. a).....	-	8.003
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a).....	266	75
Total	<u>266</u>	<u>8.078</u>

DIRETORIA

CONTADOR:

Leandro dos Santos

CRC - SP 262040/O-6

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. Flávio Serpejante Peppe

CRC-2SP015199/O-6

Contador CRC- 1SP172167/O-6